

ÍNDICE-SUMÁRIO

I – VALORES MOBILIÁRIOS

CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

DECRETO-LEI Nº 486/99, DE 13 DE NOVEMBRO

TÍTULO I Disposições gerais	7
CAPÍTULO I Âmbito de aplicação	19
CAPÍTULO II Forma	21
CAPÍTULO III Informação	22
CAPÍTULO IV Sociedades abertas	25
SECÇÃO I Disposições gerais	25
SECÇÃO II Participações qualificadas	26
SECÇÃO III Deliberações sociais	37
SECÇÃO IV Perda da qualidade de sociedade aberta	42
CAPÍTULO V Investidores	44
TÍTULO II Valores mobiliários	48
CAPÍTULO I Disposições gerais	48
SECÇÃO I Direito aplicável	48
SECÇÃO II Emissão	49
SECÇÃO III Representação	50
SECÇÃO IV Modalidades	52
SECÇÃO V Legitimação	52
SECÇÃO VI Regulamentação	53
CAPÍTULO II Valores mobiliários escriturais	54
SECÇÃO I Disposições gerais	54
SUBSECÇÃO I Modalidades de registo	54
SUBSECÇÃO II Processo de registo	56
SUBSECÇÃO III Valor e vícios do registo	59
SUBSECÇÃO IV Transmissão, constituição e exercício de direitos	61
SUBSECÇÃO V Deveres das entidades registadoras	62
SECÇÃO II Sistema centralizado	63
CAPÍTULO III Valores mobiliários titulados	66
SECÇÃO I Títulos	66
SECÇÃO II Depósito	67
SECÇÃO III Transmissão, constituição e exercício de direitos	67
SECÇÃO IV Valores mobiliários titulados em sistema centralizado	69

TÍTULO III	Ofertas públicas	69
CAPÍTULO I	Disposições comuns	69
SECÇÃO I	Princípios gerais	69
SECÇÃO II	Aprovação de prospeto, registo e publicidade	73
SECÇÃO III	Lançamento e execução	77
SECÇÃO IV	Vicissitudes	78
SECÇÃO V	Prospeto	79
SUBSECÇÃO I	Exigibilidade, formato e conteúdo	79
SUBSECÇÃO II	Prospeto de oferta internacional	89
SUBSECÇÃO III	Responsabilidade pelo prospeto	93
SECÇÃO VI	Regulamentação	95
CAPÍTULO II	Ofertas públicas de distribuição	96
SECÇÃO I	Disposições gerais	96
SECÇÃO II	Recolha de intenções de investimento prospeto preliminar	99
SECÇÃO III	Oferta pública de subscrição	99
SECÇÃO IV	Oferta pública de venda	100
CAPÍTULO III	Ofertas públicas de aquisição	100
SECÇÃO I	Disposições comuns	100
SECÇÃO II	Oferta pública de aquisição obrigatória	109
SECÇÃO III	Aquisição tendente ao domínio total	112
TÍTULO IV	Negociação	115
CAPÍTULO I	Âmbito	115
CAPÍTULO II	Mercados regulamentados, sistemas de negociação multilateral e sistemas de negociação organizados	122
SECÇÃO I	Disposições comuns	122
SECÇÃO II	Mercados regulamentados	134
SUBSECÇÃO I	Disposições gerais	134
SUBSECÇÃO II	Membros	138
SUBSECÇÃO III	Admissão à negociação	139
SUBSECÇÃO IV	Processo de admissão	143
SUBSECÇÃO V	Prospeto	144
SECÇÃO III	Informação relativa a instrumentos financeiros admitidos à negociação	147
CAPÍTULO III	Internalização sistemática	164
CAPÍTULO IV	Negociação e informação relativa a licenças de emissão	165
CAPÍTULO V	Limites de posições, controlos de gestão e reporte de posições em derivados de mercadorias, licenças de emissão e respetivos derivados	167
TÍTULO V	Contraparte central, compensação e liquidação	173
CAPÍTULO I	Contraparte central	173
CAPÍTULO II	Sistemas de liquidação	175
SECÇÃO I	Disposições gerais	175
SECÇÃO II	Operações	179
SUBSECÇÃO I	Disposições gerais	179
SUBSECÇÃO II	Liquidação de operações	180
SECÇÃO III	Insolvência dos participantes	181
SECÇÃO IV	Gestão	183

CAPÍTULO III Acesso não discriminatório para compensação de instrumentos financeiros	184
TÍTULO VI Intermediação	185
CAPÍTULO I Disposições gerais	185
SECÇÃO I Atividades	185
SECÇÃO II Registo	193
SECÇÃO III Organização e exercício	197
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	197
SUBSECÇÃO II Organização interna	199
SUBSECÇÃO III Salvaguarda dos bens de clientes	205
SUBSECÇÃO IV Contabilidade, registo e conservação de documentos	213
SUBSECÇÃO V Subcontratação	215
SUBSECÇÃO VI Conflitos de interesses e realização de operações pessoais	216
SUBSECÇÃO VI-A Política e procedimentos internos de aprovação de produção e distribuição de instrumentos financeiros	218
SUBSECÇÃO VII Defesa do mercado	226
SUBSECÇÃO VIII Informação a investidores	228
DIVISÃO I Princípios gerais	228
DIVISÃO II Informação mínima	230
SUBSECÇÃO IX Benefícios ilegítimos	232
SUBSECÇÃO X Apreciação do carácter adequado da operação	238
SUBSECÇÃO XI Reporte de operações	241
SUBSECÇÃO XII Informação relativa a operações em ações admitidas à negociação em mercado regulamentado	242
SECÇÃO IV Categorização de investidores	242
SECÇÃO IV-A Negociação algorítmica, acesso eletrónico direto e membros compensadores	245
SECÇÃO V Regulamentação	250
CAPÍTULO II Contratos de intermediação	252
SECÇÃO I Regras gerais	252
SUBSECÇÃO I Celebração de contratos de intermediação	252
SUBSECÇÃO II Informação contratual	254
SECÇÃO II Ordens	255
SECÇÃO III Gestão de carteira	260
SECÇÃO IV Assistência e colocação	261
SECÇÃO V Registo e depósito	263
CAPÍTULO III Negociação por conta própria	263
TÍTULO VII Supervisão e regulação	265
CAPÍTULO I Disposições gerais	265
CAPÍTULO II Supervisão	269
SECÇÃO I Disposições gerais	269
SECÇÃO II Comunicação de informação para efeitos de supervisão	275
CAPÍTULO III Regulação	279
CAPÍTULO IV Cooperação	280
TÍTULO VIII Crimes e ilícitos de mera ordenação social	285
CAPÍTULO I Crimes	285
SECÇÃO I Crimes contra o mercado	285

SECÇÃO II Crime de desobediência	292
SECÇÃO III Disposições processuais	292
CAPÍTULO II Ilícitos de mera ordenação social	296
SECÇÃO I Ilícitos em especial	296
SECÇÃO II Disposições gerais	310
SECÇÃO III Disposições processuais	314
CAPÍTULO III Disposições comuns aos crimes e aos ilícitos de mera ordenação social	320
REGIME APLICÁVEL ÀS OBRIGAÇÕES HIPOTECÁRIAS E ÀS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO HIPOTECÁRIO	
DECRETO-LEI Nº 59/2006, DE 20 DE MARÇO	323
CAPÍTULO I Disposições gerais	324
CAPÍTULO II Instituições de crédito hipotecário	326
CAPÍTULO III Emissão de obrigações hipotecárias	327
CAPÍTULO IV Activos subjacentes e regime prudencial	329
CAPÍTULO V Cessão de créditos hipotecários	333
CAPÍTULO VI Obrigações sobre o sector público	335
CAPÍTULO VII Supervisão e auditor independente	335
CAPÍTULO VIII Disposições finais e transitórias	336
REGIME JURÍDICO DO PAPEL COMERCIAL	
DECRETO-LEI Nº 69/2004, DE 25 DE MARÇO	337
TÍTULO I Disposições gerais	339
TÍTULO II Emissão	340
TÍTULO III Ofertas e admissão	342
TÍTULO IV Deveres de informação	344
TÍTULO V Disposições finais e transitórias	347
PAPEL COMERCIAL	
REGULAMENTO DA CMVM Nº 2/2014, DE 11 DE ABRIL	351
CAPÍTULO I Disposições gerais	352
CAPÍTULO II Nota informativa	353
CAPÍTULO III Deveres de informação	355
CAPÍTULO IV Disposições finais e transitórias	358
REGIME DE EMISSÃO, NEGOCIAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE WARRANTS AUTÓNOMOS	
DECRETO-LEI Nº 172/99, DE 25 DE MARÇO	361
WARRANTS AUTÓNOMOS	
REGULAMENTO DA CMVM Nº 5/2004, DE 11 DE JUNHO	367
VALORES MOBILIÁRIOS CONVERTÍVEIS	
REGULAMENTO DA CMVM Nº 15/2002, DE 21 DE NOVEMBRO	373

II – OFERTAS PÚBLICAS**REGULAMENTO DOS PROSPETOS A PUBLICAR EM CASO DE OFERTA DE VALORES MOBILIÁRIOS AO PÚBLICO**

REGULAMENTO (UE) 2017/1129 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, DE 14 DE JUNHO DE 2017	391
CAPÍTULO I Disposições gerais	414
CAPÍTULO II Elaboração do prospeto	423
CAPÍTULO III Conteúdo e formato do prospeto	436
CAPÍTULO IV Disposições relativas à aprovação e publicação do prospeto	443
CAPÍTULO V Ofertas e admissões à negociação transfronteiriças num mercado regulamentado e regime linguístico	452
CAPÍTULO VI Regras específicas relativas a emitentes estabelecidos em países terceiros	458
CAPÍTULO VII Esma e autoridades competentes	460
CAPÍTULO VIII Sanções administrativas e outras medidas administrativas	466
CAPÍTULO IX Atos delegados e atos de execução	470
CAPÍTULO X Disposições finais	471

III – INTERMEDIACÃO FINANCEIRA**EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA**

REGULAMENTO DA CMVM Nº 2/2007, DE 10 DE DEZEMBRO	487
TÍTULO I Disposições gerais	489
CAPÍTULO I Objeto e âmbito de aplicação	489
TÍTULO I-A Registo de atividades de intermediação financeira	489
CAPÍTULO I Registo dos intermediários financeiros	489
SECÇÃO I Pedido de Registo	489
SECÇÃO II Requisitos de Concessão do Registo	490
SUBSECÇÃO I Meios informáticos	490
SUBSECÇÃO II Meios humanos	492
SECÇÃO III Atualização de informação	492
CAPÍTULO II Registo dos consultores para investimento autónomos e comunicação dos colaboradores de intermediário financeiro que prestam consultoria para investimento	493
TÍTULO II Exercício das Atividades	495
CAPÍTULO I Disposições Comuns	495
CAPÍTULO II Internalização sistemática	500
CAPÍTULO III Agentes Vinculados	500
CAPÍTULO IV Consultoria para Investimento	501
CAPÍTULO V Receção de ordens através de meio eletrónico Internet	501
CAPÍTULO VI Concessão de Crédito para Investimento em Instrumentos Financeiros	502
CAPÍTULO VII Recomendações de Investimento	504
CAPÍTULO VIII Sistemas de Notificação de Operações	506
CAPÍTULO IX Disposições Finais e Transitórias	506

IV – SUPERVISÃO E CRIMES

ESTATUTOS DA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS	
DECRETO-LEI Nº 5/2015, DE 8 DE JANEIRO	515
CAPÍTULO I Designação, natureza, regime e sede	519
CAPÍTULO II Missão, atribuições e poderes	521
CAPÍTULO III Composição, competência e funcionamento dos órgãos	523
SECÇÃO I Disposições gerais	523
SECÇÃO II Conselho de administração	523
SECÇÃO III Comissão de fiscalização	529
SECÇÃO IV Conselho consultivo	531
SECÇÃO V Comissão de deontologia	533
CAPÍTULO IV Gestão económico-financeira e patrimonial	534
CAPÍTULO V Pessoal	536
CAPÍTULO VI Competência jurisdicional e responsabilidade	538

V – FINTECH

REGIME JURÍDICO DO FINANCIAMENTO COLABORATIVO	
LEI Nº 102/2015, DE 24 DE AGOSTO	541
CAPÍTULO I Disposições gerais	541
CAPÍTULO II Disposições comuns	542
CAPÍTULO III Condições do financiamento colaborativo	545
SECÇÃO I Financiamento colaborativo de donativo ou recompensa	545
SECÇÃO II Financiamento colaborativo de capital ou empréstimo	546
CAPÍTULO IV Disposições finais e transitórias	549

REGIME SANCIONATÓRIO APLICÁVEL À ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO COLABORATIVO

LEI Nº 3/2018, DE 9 DE FEVEREIRO	551
CAPÍTULO I Disposições gerais	551
CAPÍTULO II Regime sancionatório relativo à atividade de financiamento colaborativo de capital ou por empréstimo	552
CAPÍTULO III Regime sancionatório relativo à atividade de financiamento colaborativo através de donativo ou com recompensa	555
CAPÍTULO IV Disposições finais	556

FINANCIAMENTO COLABORATIVO DE CAPITAL OU POR EMPRÉSTIMO

REGULAMENTO DA CMVM Nº 1/2016, DE 25 DE MAIO	559
TÍTULO I Disposições gerais	561
TÍTULO II Acesso à atividade e registo	561
TÍTULO III Organização interna e normas de conduta	565
TÍTULO IV Ofertas	568
TÍTULO V Disposições finais	571

SUMÁRIO

I – VALORES MOBILIÁRIOS

CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

Decreto-Lei nº 486/99, de 13 de novembro 7

REGIME APLICÁVEL ÀS OBRIGAÇÕES HIPOTECÁRIAS E ÀS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO HIPOTECÁRIO

Decreto-Lei nº 59/2006, de 20 de março 323

REGIME JURÍDICO DO PAPEL COMERCIAL

Decreto-Lei nº 69/2004, de 25 de março 337

PAPEL COMERCIAL

Regulamento da CMVM nº 2/2014, de 11 de abril 351

REGIME DE EMISSÃO, NEGOCIAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE WARRANTS AUTÓNOMOS

Decreto-Lei nº 172/99, de 25 de março 361

WARRANTS AUTÓNOMOS

Regulamento da CMVM nº 5/2004, de 11 de junho 367

VALORES MOBILIÁRIOS CONVERTÍVEIS

Regulamento da CMVM nº 15/2002, de 21 de novembro 373

II – OFERTAS PÚBLICAS

REGULAMENTO DOS PROSPETOS A PUBLICAR EM CASO DE OFERTA DE VALORES MOBILIÁRIOS AO PÚBLICO

Regulamento (UE) 2017/1129 do Parlamento Europeu e do conselho, de 14 de junho de 2017 391

III – INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Regulamento da CMVM nº 2/2007, de 10 de dezembro 487

SUMÁRIO

IV – SUPERVISÃO E CRIMES

ESTATUTOS DA COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS Decreto-Lei nº 5/2015, de 8 de janeiro	515
---	-----

V – FINTECH

REGIME JURÍDICO DO FINANCIAMENTO COLABORATIVO Lei nº 102/2015, de 24 de agosto	541
---	-----

REGIME SANCIONATÓRIO APLICÁVEL À ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO COLABORATIVO Lei nº 3/2018, de 9 de fevereiro	551
---	-----

FINANCIAMENTO COLABORATIVO DE CAPITAL OU POR EMPRÉSTIMO Regulamento da CMVM nº 1/2016, de 25 de maio	559
---	-----

ÍNDICE ANALÍTICO DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS	577
--	-----

ÍNDICE-SUMÁRIO	581
----------------	-----

SUMÁRIO	587
---------	-----